

A GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PARANAENSES

NADAL, Beatriz Gomes – UEPG
beatriznadal@uepg.br

Área Temática: Educação: Políticas Públicas e Gestão da Educação
Agência Financiadora: CAPES

Resumo

O presente trabalho enfoca a concepção de gestão presente na política educacional paranaense do período 2003-2006; 2006-atual. Foi nosso objetivo analisar a referida concepção, relacionando-a à natureza do trabalho pedagógico, entendido como dimensão coletivo do trabalho escolar. Para o desenvolvimento da pesquisa foram analisados documentos políticos norteadores da gestão em questão, além de informações disponíveis do *site* da SEED-PR; o eixo norteador da análise foi, sempre, a categoria ‘trabalho pedagógico’. A pesquisa permitiu perceber que a política educacional vigente em termos de gestão educacional e escolar concentra o poder, de fato, nas mãos das equipes de gestão que representam o Estado no interior da escola e, mais ainda, no próprio Estado que delega às escolas a execução do que prevê. Constata-se, então, um claro movimento de desconcentração, já que a definição dos objetivos, estratégias e conteúdos da política educacional vem sendo feita aprioristicamente pelo Estado, ficando às escolas a responsabilidade apenas pela execução e prestação de “contas” por meio de relatórios ou entrega de tarefas a elas encomendadas. De fato, as políticas educacionais desenvolveram-se sob o paradigma de gestão racional-burocrática e a gestão democrática foi muito mais um mote para encobrir a racionalização e centralidade presentes.

Palavras-chave: Política educacional; Gestão educacional e escolar; Escola; Organização do trabalho pedagógico.

Introdução

Uma conceituação fundamental, mas de difícil elaboração, é a de trabalho pedagógico. Na literatura especializada ele aparece, na maioria das vezes, como uma definição genérica para todo o trabalho desenvolvido no interior da escola. Entendemos que na escola existem duas instâncias de ação pedagógica, totalmente interligadas mas diferenciadas. Uma delas se refere ao trabalho didático-pedagógico, o qual envolve diretamente o aluno: o ensino-aprendizagem planejado pelo professor e efetivado nos ambientes da escola sob sua orquestração.

A outra se refere ao trabalho pedagógico, ligado aos educadores que não mais atuariam no espaço primeiro da sala de aula, porém junto aos colegas que lá trabalhavam, visando a: administrar toda a estrutura física, material e humana que se criou; garantir sintonia entre as determinações advindas do Estado (mantenedor) e o trabalho da/na escola; garantir a unidade interna no trabalho dos vários professores que atuavam em classes diferentes mas de mesma série ou, nas mesmas classes com disciplinas diferentes; e auxiliar os professores no tratamento das necessidades apresentadas pelos alunos e suas famílias. No Paraná, o trabalho pedagógico vem se desenvolvendo sob a coordenação de supervisores e orientadores educacionais ou pedagogos, assim como de diretores. Criou-se uma nova categoria de trabalho no interior da escola, não mais relacionado à efetivação do ensino-aprendizagem, mas aos encaminhamentos necessários para que, no interior das salas de aula, o ensino-aprendizagem se fizesse dentro de parâmetros oficiais, legais e institucionais, buscando a unidade interna na escola e no sistema educacional.

Podemos dizer, então, que o trabalho pedagógico da escola compreende os elementos que organizarão o trabalho didático pedagógico por meio de decisões que o afetarão mais ou menos diretamente (destinação de recursos, distribuição do tempo e do espaço escolar, definição da função social da escola e de seus objetivos educacionais e metas, opção por uma linha de trabalho docente – concepção de ensino, aprendizagem e avaliação –, eleição de objetivos de aprendizagem e conteúdos curriculares, proposição de projetos complementares ou assessorios ao trabalho didático-pedagógico, entre outros).

Desenvolve-se uma estrutura que atua como um pano de fundo capaz de aglutinar os diferentes profissionais da escola, desde o diretor até os auxiliares de serviços gerais, em torno de concepções, objetivos e prioridades que devem marcar e ser observados no trabalho de cada um, garantindo uma identidade institucional. Dado o peso que ela terá (o de ser uma grande marca que perpassa e marca o trabalho de todos), é fundamental que as decisões em torno dela sejam tomadas também por todos, contemplando a diversidade de crenças, valores e necessidades num movimento de participação democrática, pois apenas desse modo o trabalho pedagógico realmente poderá levar toda a comunidade escolar a atuar de modo identitário, coerente e co-responsável com o que ajudou a decidir.

Esse entendimento – da centralidade da participação democrática na definição e organização do trabalho pedagógico – coloca a gestão como um elemento básico para que se construa uma compreensão em torno dela (e, em decorrência, em torno da cultura escolar) a ponto de talvez podermos afirmar que o trabalho pedagógico seja a definição da política da escola e a gestão o modo como tal política ou trabalho é concebido e realizado.

A gestão escolar, então, pode ser entendida como o processo de estruturação e organização do trabalho pedagógico escolar que se desenvolve a partir de valores específicos, de uma determinada ideologia, de crenças e/ou de artefatos, ou seja, de uma “cultura política”.

Hoje, no Paraná, o Regimento Escolar das escolas estaduais prevê que a gestão se desenvolva a partir de princípios democráticos, com a participação de segmentos que reflitam a opção pela descentralização, como os órgãos de gestão colegiada – Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), Grêmios Estudantil e Conselho de Classe. As equipes profissionais da escola – de gestão, pedagógica, docente, técnico-administrativa e auxiliar operacional – são também co-participes.

Embora em termos de política e gestão educacional a participação democrática e a autonomia sejam valores básicos, estudos mostram que ele não é uma realidade de fato, confrontando-se continuamente com o modelo hegemônico de pensar política e fazer gestão: a tendência racional burocrática ou de bem-estar. Nesse sentido, interessa perceber qual a orientação de gestão escolar tem permeado a formulação política do Estado do Paraná na gestão 2003-2006; 2006-atual – de Roberto Requião.

A concepção de gestão escolar no Paraná

Em 2003, Roberto Requião (PMDB) volta pela segunda vez ao governo do Estado do Paraná depois de uma campanha de intensas críticas a seu antecessor. No campo da educação não lançou um projeto de governo definido, mas pôs em marcha a construção do Plano Estadual de Educação – PEE PR – atendendo o que prevê a Lei 10.172/2001.

O documento – ainda não aprovado pela Assembléia Legislativa – foi construído pela SEED com a participação dos NREs, da APP-Sindicato e do Fórum Paranaense de Educação; professores, escolas e universidades também foram “chamados”. Dados e aspectos levantados foram sistematizados por meio de “estudos temáticos” que, após serem distribuídos e divulgados eletronicamente, eram debatidos em seminários temáticos e integradores, processo que culminou no então “Plano Estadual de Educação – PEE PR: Uma construção coletiva (versão preliminar)” (PARANÁ, 2005).

No PEE, por sua vez, a SEED se posiciona como mantenedora e coordenadora das políticas públicas a serem implementadas no sistema e aponta dez prioridades. Destas, seis referem-se a aspectos de cobertura (ampliação e melhoria educacional), duas a aspectos financeiros (racionalização dos investimentos em educação e aumento das referidas

alíquotas), uma a aspectos da carreira docente (concursos, salário e formação continuada) e, por fim, outra a aspectos da gestão educacional.

Entendemos que o PEE não deve substituir um programa de governo (até porque ele ultrapassa o anterior), mas percebemos que existe, por parte da SEED, uma confusão entre ambos. O fato é que as concepções políticas da Secretaria se mostram mais definidas no próprio PEE, inclusive porque um programa de governo para as gestões 2003-2006 e 2007-2010 não foi apresentado. Assim, no que tange à gestão democrática do sistema da educação, o PEE posiciona o assunto como um “Tema” (ao lado da formação e valorização dos trabalhadores em educação, do financiamento da educação e do acompanhamento e avaliação do PEE) e, ao abordá-lo, expressa como diagnóstico os princípios então adotados pela SEED e as ações a que essa Secretaria deu andamento.

A gestão democrática é defendida por meio da participação nas instâncias colegiadas da escola – Conselho Escolar, APMF, Grêmios Estudantil e Conselho de Classe – ao mesmo tempo em que é realizada a denúncia do caráter meramente formal de tais instâncias. Fatores são apontados como dificultadores da consolidação da gestão democrática: a cultura escolar, “de poder centralizado na figura do Diretor, dificultando a ampliação nos processos decisórios” (ibid.); a pouca participação da família; o excesso de demandas alheias ao eminentemente pedagógico, lançadas sobre a escola por outros órgãos públicos; a ausência de avaliação institucional; e a violência e depredação sofridas pela escola.

Embora o PEE –PR deva se configurar como um plano de Estado e não como uma política de governo, revela-se uma caricatura da gestão Requião em marcha. A filosofia educacional do Governo, por sua vez, não se desvela com clareza, face às incipientes formulações divulgadas de modo parcelar e pulverizado nas páginas do “Portal Dia-a-dia Educação”¹ (iniciativa da SEED voltada a dar transparência e acesso às informações). No Portal, a Secretaria indica sua política de ensino por meio de sete itens. Assim como no PEE, cinco deles estão relacionados com o atendimento da demanda educacional com “qualidade social” (inclusive atendendo a diversidade) e dois ao trabalho escolar e sua natureza: “Organização coletiva do trabalho; Gestão democrática” (PARANÁ, 2007h).

São várias as ações que se podem ser elencadas no segundo e no terceiro Governo Requião. Na área da gestão educacional e escolar, destacamos a presença do discurso de gestão democrática como tópico da política educacional e prioridade no PEE e, em termos práticos, a criação da Coordenação de Capacitação, da Coordenação de Apoio a Direção e

¹ Disponível em: < <http://www.pr.gov.br/diaadia/> > Acesso em: set. 2007.

Equipe Pedagógica – CADEP, da Coordenação de Assuntos da Comunidade Escolar – CACE e do “Caderno de Apoio para a Elaboração do Regimento Escolar” (PARANÁ, 2007), o qual se revelou como um regimento único para as escolas do Paraná, na medida em que, sob o argumento de representar uma síntese dos regimentos vigentes nas escolas paranaenses, apresentou-se a elas como um novo regimento praticamente pronto, cabendo às escolas apenas introduzir nos artigos a numeração correspondente.

Depreende-se então que para ser compreendida, a participação na gestão da escola pode se desdobrar em **dois segmentos**: participação da comunidade atendida pela escola (comunidade externa, pais e alunos) e participação da comunidade profissional da escola (profissionais docentes e não docentes liderados pela equipe de gestão [diretores e pedagogos]). No interior da escola, o modo de participação de cada um deles se institucionaliza por meio dos programas de governo e do que prevê o Regimento Escolar.

Mostra-se importante, então, o conhecimento da organização estabelecida para a participação da comunidade profissional (equipes de gestão, professores e funcionários) na gestão escolar, a fim de verificar (ou não) sua natureza democrática. A fim de articular o trabalho da equipe de gestão da escola – equipe de direção e pedagógica – a SEED criou, como já mencionamos, a CADEP, Coordenadoria que

[...] busca contribuir para que as equipes de direção e equipes pedagógicas possam construir a competência teórico-metodológica necessária para direcionar, organizar, interferir, propor e acompanhar o trabalho pedagógico nas escolas, tendo como pano de fundo a efetivação da organização escolar democrática, do compromisso político-social com a formação de cidadãos e cidadãs e da construção das bases para uma sociedade melhor.

A CADEP, portanto, tem a responsabilidade de instrumentalizar diretores e pedagogos, para que assumam o compromisso de defesa da Educação pública, gratuita e de qualidade, enquanto articuladores do processo pedagógico nas Escolas Públicas Estaduais, movidos pela ação coletiva e acreditando em uma educação emancipatória e transformadora. (PARANÁ, 2007e).

É importante, sim, que as escolas (e não apenas os gestores e pedagogos) sejam apoiadas em sua participação democrática na vida institucional, especialmente se esta não faz parte da tradição construída na escola. Contudo, o modo como a CADEP se define não sugere um processo de aprendizagem conjunta da participação, mas a preparação para reprodução, em nível escolar, dos preceitos e ações políticas da própria Secretaria. A previsão de que diretores e pedagogos precisam direcionar, organizar, propor e acompanhar o trabalho pedagógico” (ibid.) elimina as chances de que tal trabalho seja planejado e conduzido de modo democrático, entendimento que se reforça diante do emprego da palavra “instrumentalizados”, pois uma democracia de fato requer possibilidade de construção e

participação de todos os envolvidos e estas, por sua vez, baseiam-se, em primeiro lugar, na possibilidade de dialogar e refletir sobre a prática, mais do que na aprendizagem passiva de mecanismos técnicos de atuação.

Em conjunto com as Coordenações de Ensino Fundamental e Médio, a Superintendência da Educação e a Coordenação de Capacitação, a CADEP tem conduzido a gestão do trabalho pedagógico, determinando a reformulação dos regimentos escolares e propostas pedagógicas das escolas, a elaboração de propostas curriculares próprias (por escolas ou pólos), a realização de avaliação institucional da escola e do Sistema Estadual de Ensino, bem como definindo a formação continuada em nível coletivo de escola, esta utilizada como tecnologia para o desenvolvimento e realização dos processos anteriores.

A comunidade escolar trabalha coletivamente em dez dias (normalmente distribuídos no início de cada semestre letivo) previstos em calendário pela SEED, que define temas e tarefas a serem desenvolvidas, estratégias de trabalho, e encaminha as referências a serem estudadas/utilizadas. As escolas aplicam os planejamentos previamente determinados e informam à Secretaria os resultados obtidos por meio de relatórios.

Na medida em que a Secretaria define externamente os objetivos e encaminhamentos a serem dados às semanas pedagógicas, ela configura a escola apenas como local no qual se aplicará um protocolo de formação gerado externamente, único para todas as escolas paranaenses, independentemente da disparidade de sua realidade.

De fato, se pensarmos a instituição na totalidade de suas dimensões (universal, singular e particular) e a escola como pertencente a um sistema educacional e social, entenderemos que é função do Estado garantir a consecução de determinados processos pedagógicos. Por outro lado, o modo como a SEED-PR realiza tal encaminhamento extrapola seu papel de orientadora e apoiadora, configurando-se como gestora central e de maior relevância no processo educativo, situando a escola em segundo plano, já que todas as grandes decisões já foram anteriormente tomadas. Em análise elaborada anteriormente, asseveramos:

A centralização da concepção da formação continuada pela SEED e a descentralização de sua execução, revelam sua utilização de modo instrumental e a serviço da implementação de políticas e reformas propostas pela própria Secretaria, atribuindo também às demais tecnologias pedagógicas (a avaliação institucional e o projeto pedagógico da escola) um teor racionalizado e instrumental, já que seu desenvolvimento se faz para dar conta de uma agenda de trabalho externa, e não própria. (NADAL, 2007, p. 12),

Importante é perceber que ao gerenciar “de cima” a execução do trabalho pedagógico, a SEED atribui uma dada configuração não apenas à escola como um todo, mas a aqueles a quem delega a coordenação *in locu*, a equipe de gestão: diretores e pedagogos.

A CADEP, responsável em nível de SEED pelo trabalho desses profissionais, disponibiliza em seu *site* dois documentos nos quais os explicita; trata-se de apresentações em formato *power-point*. No caso do documento que se refere aos pedagogos, de início já é pontuada a gestão democrática e participativa como sendo um dos princípios basilares. Aponta três dimensões do trabalho: prática pedagógica, prática política e prática organizacional. Enquanto a primeira refere-se a questões humana e cultural, de aprendizagem e formação permanente, a segunda diz respeito à relação entre escola e comunidade, aos contextos sócio-econômico, político e cultural; a última, da prática organizacional, contempla gestão democrática, participativa e autogestionária, por meio de parcerias e cooperação. Em seguida, são elencados cinco eixos de atuação do pedagogo face à organização do trabalho pedagógico na escola:

- 4.1. Construção do projeto político-pedagógico
- 4.2. Implementação do trabalho pedagógico no coletivo da escola
 - 4.2.1. Organização do espaço e tempo escolar
 - 4.2.2. Organização da prática pedagógica
- 4.3. Formação continuada do coletivo de profissionais da escola.
- 4.4. Relações entre a escola e a comunidade
- 4.5. Avaliação do trabalho pedagógico. (PARANÁ, 2007c).

A partir desses eixos, a SEED relaciona vinte e nove atribuições que vão desde as mais simples e técnicas, como “coordenar empréstimo e aquisição de materiais e equipamentos de uso didático-pedagógicos”, passando pelas eminentemente de coordenação pedagógica, como “assessorar o professor no planejamento, quanto a seleção de conteúdos e transposição didática em consonância com os objetivos expressos no P.P.P.” e atingindo outras que extrapolam o limite possível da própria função, como “elaborar estratégias para a superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de compromisso ético e político com todas as categorias e classes sociais” (PARANÁ, 2007b).

No caso do diretor, o documento aborda centralmente a dimensão da gestão democrática e suas instâncias colegiadas de realização (Conselho Escolar, Grêmio, APMF, Conselho de Classe), tematizando conceitos como poder, autonomia, democracia. Os eixos de construção do projeto pedagógico da escola e da organização a ele necessária e sua avaliação,

bem como da formação continuada dos profissionais, não aparecem, a não ser no gráfico que fecha os slides da referida apresentação:



Figura 1 - Como construir a gestão democrática num processo de aprendizado coletivo?

O modo como a CADEP encaminha a discussão do trabalho do diretor escolar esvazia a gestão democrática, a qual, na maior parte do tempo, parece ser um fim em si mesma, e não um meio para a obtenção da função social da escola em sua concretude: a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno.

Por outro lado, quando se trata do pedagogo, as ações para ele previstas são relevantes e significativas e, ao mesmo tempo, de tanta complexidade, que questionamos se ele pode, sozinho, ser o desencadeador de tantas frentes de trabalho, até mesmo porque o número de pedagogos nas escolas, reduzido no Governo Lerner, permaneceu do mesmo modo no Governo Requião.

Uma compreensão dos mecanismos de gestão democrática e participação pode e deve ser captada também em função do que prevê o Regimento Escolar. Nele, a gestão da escola é uma atribuição dada ao diretor, “responsável pela gestão democrática” (PARANÁ, 2007b, p. 24). A equipe pedagógica é posicionada como atuante na coordenação:

A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação no estabelecimento de ensino das Diretrizes Curriculares definidas no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação. (op cit, p. 54).

O Regimento define, para cada segmento profissional, suas atribuições. Confrontando as competências designadas à direção, equipe pedagógica e professores, pode-se observar uma clara centralização do poder na figura do diretor, pois é ele quem atuará na gestão dos recursos físicos, materiais e financeiros, de pessoal e da estrutura interna do sistema de

ensino, dimensões predominantes na listagem. A gestão das questões pedagógicas figura entre as atribuições do diretor, mas com menor ênfase, uma espécie de “pano de fundo”; o diretor deve, por exemplo, coordenar a elaboração e implementação do projeto da escola e garantir que se realize a avaliação institucional. É importante ressaltar que, de acordo com o que prevê o Regimento, ele possui o domínio (decisão final, responsabilidade última) sobre três elementos essenciais na constituição do trabalho pedagógico da escola: o tempo, o espaço e os recursos físicos e materiais.

Embora a equipe pedagógica (professores pedagogos) não seja definida como equipe de gestão, entendemos que suas competências também são de gestão, pois conduzem processos coletivos. Diferentemente dos diretores, o âmbito de ação central dos pedagogos são as questões pedagógicas que envolvem professores e alunos em torno do currículo e do projeto pedagógico da escola. Assim como nas orientações dadas pela CADEP, também no Regimento são muitas e exigentes as responsabilidades da equipe pedagógica, dentre as quais entendemos ser conveniente citar algumas:

Art. ... Compete à equipe pedagógica:

- I. coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação do estabelecimento de ensino;
- II. orientar a comunidade escolar na construção de um processo pedagógico, em uma perspectiva democrática;
- III. participar e intervir, junto à direção, na organização do trabalho pedagógico escolar, no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;
- VII. promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico visando à elaboração de propostas de intervenção para a qualidade de ensino para todos;
- X. coordenar a elaboração e acompanhar a efetivação de propostas de intervenção decorrentes das decisões do Conselho de Classe;
- XI. subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores do estabelecimento de ensino, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas; [...]
- XIII. proceder à análise dos dados do aproveitamento escolar de forma a desencadear um processo de reflexão sobre esses dados, junto à comunidade escolar, com vistas a promover a aprendizagem de todos os alunos; [...]
- XV. participar do Conselho Escolar, quando representante do seu segmento, subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar; [...]
- XIX. propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e de sua participação nos diversos momentos e Órgãos Colegiados da escola; [...]
- XXV. promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social;
- XXVI. coordenar a análise de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino; [...]
- XXIX. orientar, coordenar e acompanhar a efetivação de procedimentos didático-pedagógicos referentes à avaliação processual e aos processos de classificação, reclassificação, aproveitamento de estudos, adaptação e progressão parcial, conforme legislação em vigor; [...]

- XXXVI. acompanhar os aspectos de sociabilização e aprendizagem dos alunos, realizando contato com a família com o intuito de promover ações para o seu desenvolvimento integral;
- XXXVII. acompanhar a frequência escolar dos alunos, contatando as famílias e encaminhando-os aos órgãos competentes, quando necessário; [...]
- XXXIX. orientar e acompanhar o desenvolvimento escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, nos aspectos pedagógicos, adaptações físicas e curriculares e no processo de inclusão na escola; [...]
- XLV. assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;
- XLVI. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e demais segmentos da comunidade escolar; [...]. (PARANÁ, 2007b, p. 30-34).

Os pedagogos se vêem, assim, sobrecarregados com uma série de atribuições que, devido à estrutura hierarquizada e ainda centralizada da escola, os colocam como os maiores responsáveis em relação às mesmas, como os profissionais que devem garantir que todos os demais profissionais da escola se aglutinem em torno de tarefas para as quais até mesmo as pesquisas educacionais ainda não apontam propostas suficientes, como o multiculturalismo, a inclusão e a efetiva sociabilização de todos os alunos, por exemplo.

Uma possibilidade de decisão e participação colegiada é aberta no Regimento Escolar por meio do Conselho de Classe, a quem cabe, segundo o documento, analisar as ações educacionais e a partir daí deliberar, indicando alternativas e intervenções voltadas à garantia da aprendizagem.

O Regimento determina que as reuniões do Conselho de Classe sejam previstas em calendário, podendo ser realizadas ordinária ou extraordinariamente, quando se fizer necessário. Embora não seja regimentada a quantidade de reuniões a serem realizadas num ano letivo, a SEED, no momento em que estabelece o calendário escolar de suas escolas, prevê que elas sejam quatro, uma ao final de cada bimestre, em dias de sábado (sem dispensa de aulas e, portanto, fora da carga-horária semanal do professor).

No Regimento Escolar, o Conselho de Classe é configurado como o momento mais importante no desencadeamento da reflexão sobre o foco central da escola, sobre suas questões de fundo, a aprendizagem discente, pois é durante sua realização que gestores e professores – com participação direta ou indireta dos alunos e/ou pais – devem

[...] verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino [...] [constituindo-se num] espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem. (PARANÁ, 2007b, p. 28).

Outra atribuição importante do Conselho de Classe é decidir de modo responsável sobre a aprovação ou retenção dos alunos, “após a apuração dos resultados finais, levando-se em consideração o desenvolvimento integral do aluno” (PARANÁ, 2007b, p. 29).

De nossa parte, vemos que o Conselho de Classe, do modo como está posto, configura-se como momento no qual a discussão clara e aberta sobre o trabalho educativo escolar e seus resultados encontra espaço sistematizado e oficial para ocorrer, o que possibilitaria realizar, em decorrência e paralelamente, a auto-avaliação institucional da escola, a definição de necessidades e processos de formação continuada, a reorganização dos planos de trabalho de todos os profissionais e a alteração da organização escolar vigente como um todo (criando novas classes para trabalho diferenciado, ofertando atividades co-relatas, diferentes das regularmente existentes, etc.).

Pesquisas feitas sobre o papel que o Conselho de Classe tem exercido nas escolas demonstram que, muitas vezes, ele não atinge seu objetivo real, atuando de modo formal e burocrático, com ausência de critérios pedagógicos claros e configurando-se como um momento no qual o desempenho dos alunos é abordado de modo desvinculado do trabalho da escola e associado unicamente às características (problemáticas) da família ou comunidade (MATTOS e ALMEIDA, 2008; MATTOS, 2005; GUERRA, 2006).

A dimensão universal ou pólo positivo apresenta a gestão democrática como um sentido socialmente aceito e desejado, uma norma universal indicadora da natureza do trabalho que lá se deve desenvolver. Por outro lado, observando-se as ações institucionalizadas via iniciativas de governo, projetos educacionais e o próprio Regimento Escolar, inferimos que em nível de escola o poder se concentra, de fato, nas mãos da equipe de gestão (diretores), agentes da administração do sistema que têm como primeira atribuição cumprir e fazer cumprir suas políticas e leis. Ou seja, eles são débeis frente ao Estado, mas ao menos legalmente concentram, no interior da escola, todo o poder (VIÑAO FRAGO, 1998), o que sugere uma contradição entre o valor da gestão democrática expressado nas linhas dos textos políticos e os processos e condições de implementação institucionalizados, reveladores de mecanismos de uma heterogestão descentralizada/desconcentrada.

Entende-se, desse modo, porque ao mesmo tempo em que se atribui à escola a responsabilidade pela construção, efetivação, avaliação e recondução de uma proposta pedagógica que permita cumprir sua função social, percebe-se que o Estado e a SEED, enquanto mantenedores e co-partícipes, não assumem a contrapartida em termos de recursos físicos, materiais e humanos que a escola porventura necessite para, por exemplo, implantar uma biblioteca escolar, intensificar o apoio ao aluno, diminuir o número de alunos por classe

ou ofertar atividades pedagógicas que extrapolem a carga-horária semanal de 25 horas-aula. Essa condição leva-nos a questionar em que medida as políticas educacionais têm realmente desejado, estimulado e permitido a gestão democrática e a autonomia da escola pública.

Conclusão

Constata-se, então, um claro movimento de desconcentração, já que a definição dos objetivos, estratégias e conteúdos da política educacional vem sendo feita aprioristicamente pelo Estado, ficando às escolas a responsabilidade apenas pela execução e prestação de “contas” por meio de relatórios ou entrega de tarefas a elas encomendadas. De fato, as políticas educacionais desenvolveram-se sob o paradigma de gestão racional-burocrática e a gestão democrática foi muito mais um mote para encobrir a racionalização e centralidade presentes.

REFERÊNCIAS

APPLE, M.; BEANE, J. **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.

BALL, S. J. (Comp.). **Foucault y la educación: disciplinas y saber**. Madrid: Morata, 1993.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVAGNARI, L. B. **O projeto político-pedagógico e a autonomia da escola: limites e possibilidades (a experiência do sistema estadual de educação do Paraná)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1998.

COUTINHO, C. N. Entrevista por Emiliano José e José Corrêa Leite. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, n. 51, jun./ago. 2002. Disponível em: < <http://www2.fpa.org.br/portal/>

FIGUEIREDO, I. M. Z. **Políticas educacionais do estado do Paraná nas décadas de 80 e 90: da prioridade à “centralidade da educação básica”**. Dissertação (Mestrado em História, Filosofia e Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GUERRA, M. G. G. **Conselho de classe: que espaço é esse?** Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARTINS, R. B. **Escola cidadã do Paraná: análise de seus avanços e retrocessos.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

MATTOS, C. L. G. O conselho de classe e a construção do fracasso escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 215-228, maio-ago. 2005.

MATTOS, C. L. G., ALMEIDA, S. M. **O conselho de classe como articulador de uma orquestração marginalizadora do aluno.** Disponível em: < <http://www.educacaoonline.pro.br...> >. Acesso em: 26 jan. 2008.

NADAL, B. G. Política educacional paranaense para formação de professores: um olhar à luz dos textos políticos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 23., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Anpae, 2007. 1 CD-ROM.

NOGUEIRA, F. M. G. **Políticas educacionais do Paraná: uma versão institucional da proposta pedagógica dos anos oitenta.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. et al. A relação entre as orientações do BIRD e BID e as políticas de educação e saúde no estado do Paraná. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 4., 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPED-Sul, 2002. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Política e gestão da educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. **Estudo dos conflitos nos sistemas educacionais da região: agendas, atores, evolução, manejo e desenlaces - relatório de estudo de caso do Brasil.** Buenos Aires, 2005.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Plano Estadual de Educação – PEE PR: Uma construção coletiva.** Curitiba: SEED, 2005. (Versão preliminar).

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 14/99**, de 8 de outubro de 1999. Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dem/dem_legis_dell14_99.pdf >. Acesso em: 26 set. 2007a.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Caderno de apoio para elaboração do regimento escolar.** Curitiba, 2007. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diaadia/arquivos/File/escola/Regimento%20Escolar.pdf> >. Acesso em: 25 set. 2007b.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Coordenação de Apoio a Direção e Equipe Pedagógica.** Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/cadep/legislacao.php> >. Acesso em: 25 set. 2007c.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Construção de diretrizes curriculares para o ensino fundamental:** um processo de formação continuada. Disponível em: < http://www.seed.pr.gov.br/portals/portal/institucional/def/pdf/def_construcao_diretrizes_curriculares.pdf >. Acesso em: 6 nov. 2007d.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Estatuto do conselho escolar.** Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.com.br/portals/portal/cadep/cadep_estatuto_cons_escolar.pdf >. Acesso em: 29 nov. 2007e.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Grupo de estudo:** ensino fundamental. Disponível em: < http://www.seed.pr.gov.br/portals/portal/institucional/def/pdf/def_grupo_estudo.pdf >. Acesso em: 30 maio 2007f..

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações gerais:** semana pedagógica – fevereiro 2006. Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dem/dem_questoes_estudos.pdf >. Acesso em: 5 jul. 2007g.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Política de ensino.** Disponível em: < <http://www8.pr.gov.br/portals/portal/institucional/nossapolitica.php?PHPSESSID=2007052921415013#> >. Acesso em: 30 mai. 2007h.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 1.457/2004.** Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.com.br/portals/portal/ccpe/ccpe_res_1457_2004.pdf >. Acesso em: 30 mai. 2007i.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Caderno de orientações gerais e roteiros de estudos:** estudos para a organização do trabalho pedagógico da escola. Disponível em: < http://200.189.113.123/portals/portal/semana/cadernos_orientacoes_2006.pdf >. Acesso em: 12 jun. 2007j.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **A elaboração do texto do projeto político-pedagógico da escola pública.** Disponível em: < http://200.189.113.123/portals/portal/cadep/projeto_elaboracao_ppp.pdf >. Acesso em: 24 jan. 2008a.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Estudos para a organização e elaboração do plano de trabalho docente.** Disponível em: < http://www.seed.pr.gov.br/portals/portal/semana/julho2007_orientacoes.pdf >. Acesso em: 29 fev. 2008b.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Manual de produção do folhas.** Disponível em: < http://www8.pr.gov.br/portals/portal/projetofolhas/manual_folhas.pdf?PHPSESSID=2008031622483879 >. Acesso em: 29 fev. 2008c.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações para a organização da semana pedagógica 2007**: reflexões para a implementação do projeto político-pedagógico. Disponível em: < http://www.seed.pr.gov.br/portals/portal/semana/semana_pedagogica_fev2007.pdf >. Acesso em: 29 fev. 2008d.

_____. Estrutura da escola e prática educacional democrática. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 30., 2007, Caxambu-MG. **Anais eletrônicos...** Caxambu, ANPEd, 2007. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT05-2780--Int.pdf> >. Acesso em: 8 set. 2007.

POPKEWITZ, T. S. **Reforma educacional**: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

POWER, S. O detalhe e o macro-contexto: o uso da teoria centrada no estado para explicar práticas e políticas educacionais. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 11-30, 2006.

SOUZA, A. R. Reformas educacionais: descentralização, gestão e autonomia escolar. **Educar**, Curitiba, n. 22, p. 17-49, 2003.

_____. A escola por dentro e por fora: a cultura da escola e a descentralização financeira. **Revista Iberoamericana de Educación (Online)**, Espanha, v. 10, p. 3, 2003. Disponível em: < <http://www.rieoei.org/deloslectores/516Souza.PDF> >. Acesso em 12 nov. 2005.

SOUZA, S. M. K. L. Conselho de classe: um ritual burocrático ou um espaço de avaliação coletiva. **Idéias**, São Paulo, v. 25, p. 45-60, 1995.

WHITTY, G.; POWER, S.; HALPIN, D. **La escuela, el estado y el mercado**: delegación de poderes y elección em educación. Madri: Morata, 1999.